



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

**LOGÍSTICA, ADMINISTRAÇÃO, TECNOLOGIA EM
GESTÃO COMERCIAL E CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

PROJETO INTEGRADO

SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E SEUS
IMPACTOS SOCIAIS

Johnson & Johnson

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

ABRIL, 2022

UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

**LOGÍSTICA, ADMINISTRAÇÃO, TECNOLOGIA EM
GESTÃO COMERCIAL E CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

PROJETO INTEGRADO

**SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E SEUS
IMPACTOS SOCIAIS**

Johnson & Johnson

MÓDULO MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE

MEIO AMBIENTE, NEGÓCIOS E RESPONSABILIDADE
EMPRESARIAL - PROFA. ELAINA CRISTINA PAINA VENÂNCIO

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA - PROFA. JULIANA MARQUES BORSARI

ESTUDANTES:

KÁTIA BITTENCOURT BOTELHO, RA 1012022100088
LARISSA DOS SANTOS FONSECA DE PAULA, RA 1012021200478
MARCOS MARTINS FILHO, RA 1012021200430
MAURO JERÔNIMO DO CARMO, RA 1012022100113

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

ABRIL, 2022

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA	8
3. PROJETO INTEGRADO	9
3.1 MEIO AMBIENTE, NEGÓCIOS E RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL	9
3.1.1 SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL	9
3.1.2 NORMA ISO 14.001	10
3.2 AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	16
3.2.1 SISTEMAS ECONÔMICOS E OS IMPACTOS SOCIAIS	17
3.2.2 SOCIOLOGIA NO TRABALHO	18
3.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: CUIDANDO DO MEIO AMBIENTE	19
3.3.1 CUIDANDO DO MEIO AMBIENTE	19
4. CONCLUSÃO	20
REFERÊNCIAS	28
ANEXOS	28

1. INTRODUÇÃO

Definição importante, o SGA (Sistema de Gestão Ambiental) é um conjunto de políticas, práticas e procedimentos técnicos e administrativos de uma empresa com o objetivo de obter um melhor desempenho ambiental, este sistema possibilita o controle sobre os resíduos, o acompanhamento do ciclo de vida deles no impacto ambiental, o gerenciamento estruturado e o estabelecimento de objetivos e metas para redução, reutilização, recuperação e reciclagem destes resíduos. É uma estrutura organizacional que auxilia a empresa a avaliar e controlar os impactos ambientais de suas atividades, sendo assim é um modelo estratégico de gestão para redução dos impactos ambientais gerados pelas atividades das empresas.

Para introduzir o tema deste trabalho, será realizada uma abordagem histórica da gestão ambiental e seus impactos sociais nas últimas décadas. Inicialmente utilizavam-se termos como: “ações filantrópicas”, “ações sociais” ou de “controle da poluição”, atualmente os termos mais utilizados são “responsabilidade social empresarial”, “responsabilidade social corporativa”, “ações e produtos ambientalmente corretos” e “responsabilidade ambiental”. É perceptível que nestas décadas não houve apenas uma alteração nos nomes utilizados, houve também uma ampliação dos conceitos e do papel das organizações perante o ambiente e a sociedade.

A década de 50 foi o início da preocupação com a gestão ambiental, mesmo que timidamente, anteriormente o meio ambiente era considerado o local para o descarte dos resíduos da produção industrial e de todas as ações do homem. Acreditava-se que a natureza tinha a capacidade de assimilar tudo o que nela era jogado. Era como se a natureza fosse um grande filtro, onde tudo que caía no solo, na água ou lançado na atmosfera seria limpo e desapareceria, sem causar danos ao homem. A década de 70 é conhecida na área ambiental como a década do “Comando e Controle”, pois foi neste período que se desenvolveram as políticas e instrumentos para disciplinar as ações das organizações e controlá-las. Estas políticas foram impulsionadas pela

Conferência de Estocolmo em 1972, pois posterior a esta Conferência foram criadas as secretarias de meio ambiente e legislações sobre o uso dos recursos naturais e disposição de resíduos. As empresas não poderiam mais jogar os seus resíduos nos rios e nos terrenos disponíveis.

Já a década de 80 foi o período em que ocorreram os piores acidentes ambientais, sendo o mais conhecido o acidente de Chernobyl na Ucrânia. Nesta década, devido à quantidade de acidentes e a pressão por soluções, surgem os primeiros estudos relacionando a Responsabilidade Ambiental e Social. Na década de 90 as empresas passaram a priorizar uma gestão mais ecoeficiente em vez de se preocuparem com a gestão dos resíduos. O termo “prevenção” ganhou força e a remediação passou a ser vista como uma despesa evitável. A virada do milênio trouxe boas notícias com o crescimento das ações públicas e privadas na área social e ambiental. Bancos públicos e privados passaram a se integrar, seja oferecendo produtos como o Programa de Investimento Social de Empresas criado pelo BNDES, seja estimulando investimentos em empresas social e ambientalmente responsáveis. Muitas organizações lançam suas cartilhas e recomendações para que seus associados tomem conhecimento e passem a ver as restrições sociais e ambientais como oportunidades de negócio.

Os termos social e ambiental começam a aparecer juntos nos relatórios de balanço social e nas normas ambientais ou sociais, podendo-se perceber aqui o início do impacto da gestão ambiental na área social, o que torna cada vez mais difícil falar de um sem lembrar-se do outro. Atualmente não é possível falar em Desenvolvimento Sustentável sem considerar os aspectos sociais, econômicos e ambientais. As empresas começam a falar em equilíbrio entre as três variáveis, destacando que estão engajadas em promover o desenvolvimento sustentável.

Este trabalho tem por objetivo analisar os sistemas de gestão ambiental de uma empresa, neste caso a Johnson & Johnson e os possíveis impactos sociais da implantação desta gestão.

2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA

Johnson & Johnson é uma empresa americana fundada em 1886, especializada na produção de artigos farmacêuticos, utensílios médicos e produtos pessoais de higiene. Suas ações fazem parte da lista industrial de Dow Jones. A sede da empresa localiza-se em Nova Brunswick, Nova Jersey, Estados Unidos. A divisão de consumidores situa-se em Skillman, também em Nova Jersey. A empresa tem aproximadamente 200 subsidiárias operando em mais de 90 países, e seus produtos são vendidos em mais de 175 países do mundo. A empresa foi fundada em 1886 pelo farmacêutico Robert Wood em parceria com seus irmãos mais novos, Edward Mead e James Wood, e atualmente emprega mais de 130.000 funcionários em todo o mundo.

Informação principal

CNPJ	54.516.661/0002-84 [FILIAL]
Nome da empresa	JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA.
Início atividade data	1985-10-28
Natureza jurídica	Sociedade Empresária Limitada
Situação cadastral	ATIVA desde 2005-11-03
Qualificação do responsável	Administrador
Capital social	R\$ 3.393.812.891,00
Porte da empresa	DEMAIS
Opção pelo simples	NÃO OPTANTE
Opção pelo MEI	?

Sede na Rodovia Presidente Dutra, S/N, Km 154 - JD. DAS INDÚSTRIAS/ SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP – CEP:12240-908.

Sócios: Global Investment Participation B.V. e Johnson & Johnson International Financial Services Company

Administradores: Aline Costa Pedrosa Galdieri; André de Ulhoa Flosi Mendes; Cynthia Koyama Diaferia; Eduardo Affonso Junqueira; Gerardo Vargas Montes; Gustavo Gala; Lucianna Raffaini Carvalho Costa; Marcos Sergio Macedo Gonzaga Leitão; Roy Benchimol; Saulo da Silveira Koga; Silvio Jorge Santos Silva; Tatiana Machado de Campos; Vivian de Freitas e Rodrigues de Oliveira e Zalina Bugova.

Atividades de negócios da empresa:

32.50-7-05 - Fabricação de materiais para medicina e odontologia;

46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;

46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças;

46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano.

3. PROJETO INTEGRADO

3.1 MEIO AMBIENTE, NEGÓCIOS E RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

3.1.1 SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL

Na Johnson Controls, a visão de empresa é "um mundo seguro, confortável e sustentável". Conduzimos os negócios de modo a proteger a saúde e a segurança de nossos funcionários, daqueles que trabalham em nosso nome, nossos clientes, nossos acionistas, o meio ambiente e as comunidades em que operamos.

PRINCÍPIOS OPERACIONAIS

Realizamos nossas operações acreditando que é possível evitar todos os incidentes. Acreditamos que nossos líderes, gerentes, supervisores e funcionários são responsáveis pelo nosso desempenho em Meio Ambiente, Saúde e Segurança (EHS). Identificamos e priorizamos elementos de EHS decorrentes das nossas atividades comerciais, de produtos e serviços; estabelecemos processos para avaliar, monitorar, comunicar e treinar funcionários sobre riscos e perigos e determinar métodos de controle eficazes para reduzir impactos para as pessoas e o meio ambiente. Estamos

comprometidos em cumprir as obrigações legais e as normas internas de EHS. Temos o compromisso com a melhoria contínua e o uso de sistemas de gestão de EHS, que são avaliados rotineiramente quanto à eficácia e revisados conforme necessário. Definimos metas e objetivos de EHS, monitoramos o desempenho e comunicamos nosso progresso de forma aberta e transparente. Nos esforçamos para integrar os princípios e práticas de projetos adequados de EHS em nosso suprimento de materiais, produtos, processos e serviços para apoiar as metas e iniciativas de EHS dos nossos clientes e fornecedores.

Estamos comprometidos com a prevenção ativa de lesões e doenças ocupacionais, proteção ambiental, conservação de energia, água e matérias-primas, prevenção de poluição e emissão de gases do efeito estufa e redução de resíduos. Nós nos envolvemos com nossas comunidades, partes interessadas e acionistas e estamos comprometidos em ser um bom vizinho e parceiro. Investimos recursos adequados para apoiar a visão e as metas de EHS da nossa empresa. Esperamos que os funcionários da Johnson Controls conduzam suas atividades cotidianas de maneira consistente com esses princípios operacionais. Nossas assinaturas abaixo demonstram nosso compromisso pessoal com esta política global. Esperamos que os funcionários da Johnson Controls conduzam suas atividades cotidianas de maneira consistente com esses princípios operacionais. Nossas assinaturas abaixo demonstram nosso compromisso pessoal com esta política global.

3.1.2 NORMA ISO 14.001

A ABNT NBR ISO 14001 especifica os requisitos de um Sistema de Gestão Ambiental e permite a uma organização desenvolver uma estrutura para a proteção do meio ambiente e rápida resposta às mudanças das condições ambientais. A norma leva em conta aspectos ambientais influenciados pela organização e outros passíveis de serem controlados por ela. A implementação dessa norma deve ser buscada por empresas que desejam estabelecer ou aprimorar um Sistema de Gestão Ambiental, estar seguras sobre políticas ambientais praticadas ou demonstrar estar de acordo com práticas sustentáveis a clientes e a organizações externas.

Pensando pela ótica da sustentabilidade, não faz sentido uma empresa ter uma atuação apenas ecologicamente correta e não atuar com a gestão ambiental de forma estratégica, pensando no desenvolvimento sustentável da empresa. E foi nesse foco que a mudança da versão da ISO 14001 foi planejada. A nova versão de 2015 incorpora, além de questões estratégicas, a preocupação com a cadeia de valor, ciclo de vida, entre outras mudanças. Já é sabido que a ISO 14001 na sua versão atual proporciona ganhos econômicos, pois ao reduzir o consumo de recursos, também reduz custos, mas agora esse enfoque ganha forças, o que agregará muito valor para as empresas que conquistarem essa certificação. Também, para fechar o tripé da sustentabilidade, a norma atual, que ainda não atua com aspectos sociais, terá uma atenção para esse tema com a necessidade de avaliação das expectativas das partes interessadas, incluindo condições ambientais locais, regionais e globais que afetam a organização ou que possam ser afetados por ela.

Principais mudanças na ISO 14001:2015

1. Estrutura de Alto Nível (Anexo SL)

Assim como a nova versão da ISO 9001, a ISO 14001 adotou a Estrutura de Alto Nível que é o apêndice SL das Diretrizes ISO/IEC, em que todas as normas de sistema de gestão devem respeitar e compartilhar uma base consistente comum.

Essa mudança visa melhorar a compatibilidade com outras normas de sistema de gestão e estabelecer a estrutura básica de requisitos pelos próximos 10 anos ou mais.

A estrutura dos capítulos está indicada abaixo:

2. Direcionamento Estratégico:

Outra mudança está ligada ao direcionamento estratégico do sistema de gestão ambiental por meio dos tópicos "Entendendo a organização e seu contexto" e "Entendendo as necessidades e expectativas das partes interessadas".

Essa mudança tem o objetivo de refletir práticas empresariais mais modernas e algumas técnicas que podem ser utilizadas para esse

item é a aplicação de uma matriz swot e/ou o canvas a fim de alinhar todas as diretrizes estratégicas da organização.

Para completar essa gestão estratégica, destaque também para as ações para tratar riscos associados a ameaças e oportunidades, que é o pensamento baseado em risco, amplamente difundido nos comentários sobre a revisão da ISO 9001, mas que também ganha destaque na ISO 14001.

3. Liderança

A Liderança também ganha destaque no resultado do sistema de gestão ambiental, uma vez que será necessária a integração da gestão ambiental com os processos corporativos e com o ambiente de negócios da empresa, fortalecendo a sua vocação para o desenvolvimento sustentável, evidenciando a necessidade do comprometimento de todos da empresa, principalmente da liderança da empresa com os resultados encontrados.

4. Desempenho Ambiental

Na versão atualizada da ISO 14001 entende como foco principal a melhoria do desempenho ambiental e não a melhoria do desempenho do sistema de gestão, dessa forma, será analisado de forma mais enfática as reais reduções de emissões, efluentes e resíduos que a empresa obteve com a implementação do sistema de gestão ambiental.

Ainda neste item, existe a preocupação com o gerenciamento dos aspectos ambientais durante o ciclo de vida do produto ou serviço da organização.

5. Documentos

Acompanhando a estrutura de alto nível, uma grande mudança nos sistemas de gestão é a simplificação da linguagem a fim de evitar dúvidas e garantir a compreensão e interpretação consistente dos requisitos, dessa forma, os atuais controle de documentos e controle de registros serão agora considerados como Informação

Documentada, garantindo mais agilidade e controle sobre todas as informações relevantes para a empresa.

6. Proteção Ambiental

Com a nova versão da ISO 14001, espera-se que a organização tenha atitude mais proativa com a proteção do meio ambiente em relação aos danos e degradação, a correta utilização dos recursos e a preservação da biodiversidade.

A Comissão Brundtland, formada pela Organização das Nações Unidas para estudar a crescente deterioração do meio ambiente humano e dos recursos naturais e as conseqüências da deterioração para o desenvolvimento econômico e social, definiu, no relatório “Nosso Futuro Comum” (Our Common Future), o desenvolvimento sustentável como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Essa é a definição mais aceita mundialmente do termo desenvolvimento sustentável. Ela se aplica ao meio ambiente na medida em que as necessidades atuais estão diretamente relacionadas aos recursos naturais. Basta pensar na energia fóssil (petróleo, por exemplo) e nas diversas matérias-primas comumente usadas em indústrias. O Sistema de Gestão Ambiental representa um processo que busca resolver, mitigar ou prevenir problemas de caráter ambiental. Contribuir para o desenvolvimento sustentável é a meta maior do sistema.

A aplicação da norma depende de fatores como a política ambiental da organização, da natureza das atividades por ela desenvolvidas, dos seus produtos e serviços, dos locais e das condições nas quais o sistema funciona e do atendimento aos requisitos legais e estatutários do mercado que atua. A ISO 14001, em sua nova versão, segue a estrutura de alto nível conhecida como Anexo SL que visa melhorar a compatibilidade com outras normas de sistema de gestão, inclusive com a ISO 9001. A ISO 14001 adota uma abordagem sistêmica que possibilita que a organização atinja o sucesso sustentável a longo prazo e estabelece melhores práticas para:

- Proteção ao meio ambiente pela prevenção ou mitigação dos impactos ambientais adversos;
- Mitigação de potenciais efeitos adversos das condições ambientais da organização;
- Aumento do desempenho ambiental;
- Utilização de perspectiva de ciclo de vida que pode prevenir o deslocamento involuntário dos impactos ambientais dentro do ciclo de vida.

A importância de contribuir com o desenvolvimento sustentável é hoje vital nas grandes empresas e mesmo as micro e pequenas estão preocupadas com o assunto. Em primeiro lugar, porque a maior parte das pesquisas científicas demonstra a influência de ações humanas sobre mudanças globais no meio ambiente. Em segundo lugar, mas não menos importante, porque as empresas têm diversos ganhos econômicos com a promoção do desenvolvimento sustentável. Em uma época na qual o governo brasileiro está cada dia mais preocupado com o meio ambiente, desenvolver um Sistema de Gestão Ambiental resulta em escapar de multas impostas por órgãos voltados à proteção da natureza, como o Ibama, a empresas que violam o Direito Ambiental.

Obter financiamentos a juros mais convidativos é outra característica atrativa para quem tem um Sistema de Gestão Ambiental. Caso a empresa tenha um bom histórico de respeito ao meio ambiente, as chances de conseguir empréstimos a custos mais baixos aumentam significativamente (considerando-se bancos públicos).

Ademais, a preocupação com o desenvolvimento sustentável é mundial. Em termos práticos, isso significa que o certificado ISO 14001 é exigido por diversos países para que bens possam ser importados. Não ter o certificado pode diminuir as chances de exportação de uma empresa brasileira. Por fim, a sociedade civil tem priorizado empresas preocupadas com a questão ambiental. Empresas que incorrem em violações sistemáticas ao meio ambiente têm a imagem prejudicada junto ao público, o que pode resultar em arranhões na imagem e conseqüente diminuição de vendas.

Um Sistema de Gestão Ambiental tem como benefícios:

- Redução de riscos de acidentes, de sanções legais etc;
- Aumento da qualidade dos produtos, serviços e processos;
- Economia ou redução do consumo de matérias-primas, água e energia;
- Captação de novos clientes;
- Melhora da imagem;
- Melhora dos processos;
- Aumento das possibilidades de permanência da empresa no mercado;
- Aumento das possibilidades de financiamentos, devido ao bom histórico ambiental.

Convém mencionar que a adoção de um SGA deve ser feita de modo estratégico por cada organização. O desenvolvimento do sistema é específico para cada tipo de empresa. Assim como no caso da ISO 9001, não é objetivo da ISO 14001 impor uniformidade na estrutura do sistema desenvolvido ou uniformidade na documentação.

De acordo com a Norma, a documentação do Sistema de Gestão Ambiental varia de uma organização para outra. Isso depende:

- do porte e tipo de organização e suas atividades, produtos ou serviços,
- da complexidade dos processos e suas interações, e
- da competência do pessoal.

Alguns exemplos de documentos:

- declarações das políticas, objetivos e metas
- informações sobre aspectos ambientais significativos
- informações do processo
- organogramas
- normas internas e externas
- planos locais de emergência
- registros

Para obter a certificação ISO 14001, a organização deve aplicar algumas medidas para atender aos requisitos da norma. Conseguir o certificado da ISO 14001 é um pouco mais complicado do que obter o certificado ISO 9001. A legislação pertinente ao Direito Ambiental no Brasil é bastante complexa e é necessário fazer um levantamento minucioso da situação da empresa. O processo de implementação ISO 14001 demora, em média, de 10 a 18 meses. Em casos mais complicados e menos comuns, o tempo de implementação pode ser superior. Isso depende do tamanho da empresa, dos recursos humanos disponíveis para o trabalho e do grau de envolvimento da direção.

Cabe a uma consultoria todo o processo de implementação e auditoria interna. Já o processo de certificação cabe a organismos de certificação independentes, como a SGS e o Bureau Veritas Quality International, por exemplo. Os certificados na versão 2008 possuem validade até setembro/2018. Após essa data, os certificados serão expirados automaticamente e por isso, recomendamos que o processo de migração seja iniciado ainda no começo de 2017 a fim de garantir a implementação eficaz de todos os requisitos.

3.2 AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O Capitalismo Financeiro é a fase do sistema capitalista caracterizada pelo crescimento da especulação financeira em torno de ações de empresas, juros, títulos de dívidas e outras formas de crédito que se transformaram em mercadorias, sendo comercializadas como tais. A mudança estrutural enfatiza o aumento da eficiência da empresa, para isso é necessário que haja algumas modificações na estrutura já existente. Como por exemplo, a descentralização dos níveis hierárquicos para que haja maior agilidade na comunicação entre os setores. Os registros financeiros da Johnson e Johnson são completos e exatos que representam a condição e os resultados da empresa. Protegemos a propriedade, os ativos e as informações confidenciais da empresa.

A integridade financeira nos ajuda a manter a confiança que construímos com acionistas, governos, pacientes, consumidores, provedores de assistência médica, empregados e outros stakeholders. Vários controles estão em vigor para proteger e preservar nossa integridade financeira. Todos os empregados, independente do cargo ou da função, são responsáveis por seguir as políticas e os procedimentos que envolvem os fundos da empresa, a comunicação de resultados financeiros e não financeiros e o uso de propriedades e recursos da empresa.

3.2.1 SISTEMAS ECONÔMICOS E OS IMPACTOS SOCIAIS

Um conflito de interesses é uma situação em que uma pessoa ou organização tem interesses conflitantes, sejam financeiros ou de outra área, e em que satisfazer um interesse poderia ter um impacto negativo em outros interesses ou responsabilidades. Um conflito de interesses pessoais ocorre quando um relacionamento ou uma atividade pessoal pode influenciar o julgamento e a capacidade de um empregado de realizar o próprio trabalho de maneira objetiva e de cumprir todos os deveres relacionados ao empregador.

Até mesmo a aparência ou a percepção de um conflito de interesses pode colocar nossa empresa em risco. Nunca devemos permitir que a divisão de lealdades ou um ganho ou benefício pessoal nos impeça de fazer o que é de melhor interesse para nossa empresa, bem como pacientes e consumidores a quem atendemos. Um conflito de interesses organizacionais pode ocorrer quando as entidades na Família de empresas Johnson & Johnson têm relacionamentos conflitantes com entidades como governos, grandes grupos, provedores de assistência médica ou indivíduos nessas entidades. Por exemplo, um conflito ou conflito aparente pode ocorrer quando nossas empresas estiverem colaborando no desenvolvimento de produtos e sistemas de saúde de suporte e nas próprias infraestruturas ou diretrizes de tratamento e, ao mesmo tempo, estiverem procurando vender produtos ou serviços a essas entidades. Nem sempre fica claro se uma atividade cria um conflito de

interesses. Entretanto, é responsabilidade de cada empregado divulgar um conflito em potencial, seja ele pessoal ou organizacional.

Por esta razão, espera-se que os empregados discutam qualquer conflito em potencial – ou dúvidas sobre como melhor lidar com uma situação onde o conflito possa existir – com o gestor ou alguém dos departamentos de Recursos Humanos, Conformidade com a Área da Saúde ou Jurídico. Se houver um conflito ou conflito em potencial, a discussão com o gestor deve ser documentada. Isso ajudará a proteger o empregado e a Johnson & Johnson caso seja a situação entre em questão. Os conflitos organizacionais devem ser discutidos com os departamentos de Conformidade com a Área da Saúde e Jurídico.

Sabemos que a saúde financeira é importante para empregados e famílias. Às vezes, os empregados podem querer fazer investimentos de negócios ou assumir um serviço adicional para ajudar a criar segurança financeira. Porém, os empregados devem tomar cuidado para evitar possíveis conflitos de interesses.

3.2.2 SOCIOLOGIA NO TRABALHO

A Johnson & Johnson está comprometida com a cidadania e o envolvimento da comunidade. A incidência política e contribuições políticas são feitas de acordo com as leis das jurisdições onde estão envolvidos em tais atividades. As atividades políticas das corporações, incluindo lobby, são reguladas e devem ser reportadas de acordo com a legislação dos EUA e as legislações de muitos países onde a Johnson & Johnson faz negócios. Todas as atividades políticas e de lobby, bem como reuniões com oficiais do governo, devem ser coordenadas e alinhadas com a Política e os Assuntos Governamentais.

Manter em boa ordem as propriedades que temos o privilégio de usar, protegendo o meio ambiente e os recursos naturais”. Os programas de sustentabilidade de toda empresa nos ajudam a reduzir os impactos ambientais de operações, produtos e serviços, gerenciar riscos ambientais e buscar

iniciativas de sustentabilidade como a redução de resíduos e o suporte à reciclagem. Os empregados devem aderir aos programas de toda empresa e se familiarizar e cumprir as leis e os regulamentos ambientais que estão relacionados às nossas responsabilidades de trabalho específicas. Isso inclui cumprir os regulamentos relacionados a comunicação, aprovação e registro de ingredientes químicos usados na nossa produção e produtos. Somos responsáveis perante as comunidades em que vivemos e trabalhamos, bem como perante a comunidade mundial.

O tratamento ético e humano dos animais é necessário para a investigação científica como sendo uma responsabilidade moral e regulatória. Cumprimos os altos padrões estabelecidos nas nossas diretrizes e políticas de bem-estar animal.

3.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: CUIDANDO DO MEIO AMBIENTE

3.3.1 CUIDANDO DO MEIO AMBIENTE

Quatro bilhões e meio de anos, cerca de 70% da superfície é coberta de água. Assim é o Planeta Terra, rico em recursos minerais. Mas em meio a tantas água, somente 3% é doce e adequado para o consumo. A água possui um ciclo natural, que faz com que esse bem não se esgote, mas as interferências humanas neste ciclo, para a economia, por exemplo, pode torná-la escassa. E o que explica o professor do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília, Sérgio Koide, mesmo que exista o mito de que a água vai acabar, existe outro de que ela é inesgotável.

Ricardo Novaes, especialista de recursos hídricos de uma das maiores entidades de defesa ao meio ambiente, WWF, conta que a sociedade se baseia nos dois mitos. Apesar de dizer que a água é um bem finito, especialista

alertam que isso não significa o fim da água , mas que o uso irresponsável e exagerado para fins além do ciclo natural dela, pode torná-la um bem indisponível e caro, já que os custos para tratamento de reutilização é considerado altíssimos. Esses problemas regionais são chamados por Ricardo Novaes de água quando determinada região tem o bem que abundância , mas não está propício para o uso. Segundo ele , é fundamental o papel humano na garantia de que a água complete o ciclo corretamente. Segundo a Ana, Agência Nacional de Águas, o Brasil possui 13% da água doce de todo o planeta. Apesar disso, 81% está concentrada nas bacias hidrográficas da Amazônia, onde está somente 5% da população brasileira .

4. CONCLUSÃO

A década de 50 foi o início da preocupação com a gestão ambiental, mesmo que timidamente, anteriormente o meio ambiente era considerado o local para o descarte dos resíduos da produção industrial e de todas as ações do homem. Acreditava-se que a natureza tinha a capacidade de assimilar tudo o que nela era jogado. Era como se a natureza fosse um grande filtro, onde tudo que caía no solo, na água ou lançado na atmosfera seria limpo e desapareceria, sem causar danos ao homem. A década de 70 é conhecida na área ambiental como a década do “Comando e Controle”, pois foi neste período que se desenvolveram as políticas e instrumentos para disciplinar as ações das organizações e controlá-las. Estas políticas foram impulsionadas pela Conferência de Estocolmo em 1972, pois posterior a esta Conferência foram criadas as secretarias de meio ambiente e legislações sobre o uso dos recursos naturais e disposição de resíduos. As empresas não poderiam mais jogar os seus resíduos nos rios e nos terrenos disponíveis.

Já a década de 80 foi o período em que ocorreram os piores acidentes ambientais, sendo o mais conhecido o acidente de Chernobyl na Ucrânia. Nesta década, devido à quantidade de acidentes e a pressão por soluções, surgem os primeiros estudos relacionando a Responsabilidade Ambiental e Social. Na década de 90 as empresas passaram a priorizar uma gestão mais

ecoeficiente em vez de se preocuparem com a gestão dos resíduos. O termo “prevenção” ganhou força e a remediação passou a ser vista como uma despesa evitável. A virada do milênio trouxe boas notícias com o crescimento das ações públicas e privadas na área social e ambiental. Bancos públicos e privados passaram a se integrar, seja oferecendo produtos como o Programa de Investimento Social de Empresas criado pelo BNDES, seja estimulando investimentos em empresas social e ambientalmente responsáveis. Muitas organizações lançam suas cartilhas e recomendações para que seus associados tomem conhecimento e passem a ver as restrições sociais e ambientais como oportunidades de negócio.

Os termos social e ambiental começam a aparecer juntos nos relatórios de balanço social e nas normas ambientais ou sociais, podendo-se perceber aqui o início do impacto da gestão ambiental na área social, o que torna cada vez mais difícil falar de um sem lembrar-se do outro. Atualmente não é possível falar em Desenvolvimento Sustentável sem considerar os aspectos sociais, econômicos e ambientais. As empresas começam a falar em equilíbrio entre as três variáveis, destacando que estão engajadas em promover o desenvolvimento sustentável.

Este trabalho tem por objetivo analisar os sistemas de gestão ambiental de uma empresa, neste caso a Johnson & Johnson e os possíveis impactos sociais da implantação desta gestão. Johnson & Johnson é uma empresa americana fundada em 1886, especializada na produção de artigos farmacêuticos, utensílios médicos e produtos pessoais de higiene. Suas ações fazem parte da lista industrial de Dow Jones. A sede da empresa localiza-se em Nova Brunswick, Nova Jersey, Estados Unidos. A divisão de consumidores situa-se em Skillman, também em Nova Jersey. A empresa tem aproximadamente 200 subsidiárias operando em mais de 90 países, e seus produtos são vendidos em mais de 175 países do mundo. A empresa foi fundada em 1886 pelo farmacêutico Robert Wood em parceria com seus irmãos mais novos, Edward Mead e James Wood, e atualmente emprega mais de 130.000 funcionários em todo o mundo.

Sede na Rodovia Presidente Dutra, S/N, Km 154 - JD. DAS INDÚSTRIAS/ SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP – CEP:12240-908.

Sócios: Global Investment Participation B.V. e Johnson & Johnson International Financial Services Company

Administradores: Aline Costa Pedrosa Galdieri; André de Ulhoa Flosi Mendes; Cynthia Koyama Diaferia; Eduardo Affonso Junqueira; Gerardo Vargas Montes; Gustavo Gala; Lucianna Raffaini Carvalho Costa; Marcos Sergio Macedo Gonzaga Leitão; Roy Benchimol; Saulo da Silveira Koga; Silvio Jorge Santos Silva; Tatiana Machado de Campos; Vivian de Freitas e Rodrigues de Oliveira e Zalina Bugova.

Atividades de negócios da empresa:

32.50-7-05 - Fabricação de materiais para medicina e odontologia;

46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;

46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças;

46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano.

Na Johnson Controls, a visão de empresa é "um mundo seguro, confortável e sustentável". Conduzimos os negócios de modo a proteger a saúde e a segurança de nossos funcionários, daqueles que trabalham em nosso nome, nossos clientes, nossos acionistas, o meio ambiente e as comunidades em que operamos.

PRINCÍPIOS OPERACIONAIS

Realizamos nossas operações acreditando que é possível evitar todos os incidentes. Acreditamos que nossos líderes, gerentes, supervisores e funcionários são responsáveis pelo nosso desempenho em Meio Ambiente, Saúde e Segurança (EHS). Identificamos e priorizamos elementos de EHS

decorrentes das nossas atividades comerciais, de produtos e serviços; estabelecemos processos para avaliar, monitorar, comunicar e treinar funcionários sobre riscos e perigos e determinar métodos de controle eficazes para reduzir impactos para as pessoas e o meio ambiente. Estamos comprometidos em cumprir as obrigações legais e as normas internas de EHS. Temos o compromisso com a melhoria contínua e o uso de sistemas de gestão de EHS, que são avaliados rotineiramente quanto à eficácia e revisados conforme necessário. Definimos metas e objetivos de EHS, monitoramos o desempenho e comunicamos nosso progresso de forma aberta e transparente. Nos esforçamos para integrar os princípios e práticas de projetos adequados de EHS em nosso suprimento de materiais, produtos, processos e serviços para apoiar as metas e iniciativas de EHS dos nossos clientes e fornecedores.

Estamos comprometidos com a prevenção ativa de lesões e doenças ocupacionais, proteção ambiental, conservação de energia, água e matérias-primas, prevenção de poluição e emissão de gases do efeito estufa e redução de resíduos. Nós nos envolvemos com nossas comunidades, partes interessadas e acionistas e estamos comprometidos em ser um bom vizinho e parceiro. Investimos recursos adequados para apoiar a visão e as metas de EHS da nossa empresa. Esperamos que os funcionários da Johnson Controls conduzam suas atividades cotidianas de maneira consistente com esses princípios operacionais. Nossas assinaturas abaixo demonstram nosso compromisso pessoal com esta política global. Esperamos que os funcionários da Johnson Controls conduzam suas atividades cotidianas de maneira consistente com esses princípios operacionais. Nossas assinaturas abaixo demonstram nosso compromisso pessoal com esta política global.

A ABNT NBR ISO 14001 especifica os requisitos de um Sistema de Gestão Ambiental e permite a uma organização desenvolver uma estrutura para a proteção do meio ambiente e rápida resposta às mudanças das condições ambientais. A norma leva em conta aspectos ambientais influenciados pela organização e outros passíveis de serem controlados por ela. A implementação dessa norma deve ser buscada por empresas que

desejam estabelecer ou aprimorar um Sistema de Gestão Ambiental, estar seguras sobre políticas ambientais praticadas ou demonstrar estar de acordo com práticas sustentáveis a clientes e a organizações externas.

Pensando pela ótica da sustentabilidade, não faz sentido uma empresa ter uma atuação apenas ecologicamente correta e não atuar com a gestão ambiental de forma estratégica, pensando no desenvolvimento sustentável da empresa. E foi nesse foco que a mudança da versão da ISO 14001 foi planejada.

A nova versão de 2015 incorpora, além de questões estratégicas, a preocupação com a cadeia de valor, ciclo de vida, entre outras mudanças. Já é sabido que a ISO 14001 na sua versão atual proporciona ganhos econômicos, pois ao reduzir o consumo de recursos, também reduz custos, mas agora esse enfoque ganha forças, o que agregará muito valor para as empresas que conquistarem essa certificação. Também, para fechar o tripé da sustentabilidade, a norma atual, que ainda não atua com aspectos sociais, terá uma atenção para esse tema com a necessidade de avaliação das expectativas das partes interessadas, incluindo condições ambientais locais, regionais e globais que afetam a organização ou que possam ser afetados por ela.

Principais mudanças na ISO 14001:2015. Outra mudança está ligada ao direcionamento estratégico do sistema de gestão ambiental por meio dos tópicos "Entendendo a organização e seu contexto" e "Entendendo as necessidades e expectativas das partes interessadas". Essa mudança tem o objetivo de refletir práticas empresariais mais modernas e algumas técnicas

que podem ser utilizadas para esse item é a aplicação de uma matriz swot e/ou o canvas a fim de alinhar todas as diretrizes estratégicas da organização.

Para completar essa gestão estratégica, destaque também para as ações para tratar riscos associados a ameaças e oportunidades, que é o pensamento baseado em risco, amplamente difundido nos comentários sobre a revisão da ISO 9001, mas que também ganha destaque na ISO 14001.

A Liderança também ganha destaque no resultado do sistema de gestão ambiental, uma vez que será necessária a integração da gestão ambiental com os processos corporativos e com o ambiente de negócios da empresa, fortalecendo a sua vocação para o desenvolvimento sustentável, evidenciando a necessidade do comprometimento de todos da empresa, principalmente da liderança da empresa com os resultados encontrados.

A aplicação da norma depende de fatores como a política ambiental da organização, da natureza das atividades por ela desenvolvidas, dos seus produtos e serviços, dos locais e das condições nas quais o sistema funciona e do atendimento aos requisitos legais e estatutários do mercado que atua. A ISO 14001, em sua nova versão, segue a estrutura de alto nível conhecida como Anexo SL que visa melhorar a compatibilidade com outras normas de sistema de gestão, inclusive com a ISO 9001. A ISO 14001 adota uma abordagem sistêmica que possibilita que a organização atinja o sucesso sustentável a longo prazo e estabelece melhores práticas para:

Convém mencionar que a adoção de um SGA deve ser feita de modo estratégico por cada organização. O desenvolvimento do sistema é específico para cada tipo de empresa. Assim como no caso da ISO 9001, não é objetivo da ISO 14001 impor uniformidade na estrutura do sistema desenvolvido ou uniformidade na documentação.

Alguns exemplos de documentos:

- declarações das políticas, objetivos e metas
- informações sobre aspectos ambientais significativos
- informações do processo
- organogramas
- normas internas e externas
- planos locais de emergência

- registros

Para obter a certificação ISO 14001, a organização deve aplicar algumas medidas para atender aos requisitos da norma. Conseguir o certificado da ISO 14001 é um pouco mais complicado do que obter o certificado ISO 9001. A legislação pertinente ao Direito Ambiental no Brasil é bastante complexa e é necessário fazer um levantamento minucioso da situação da empresa. O processo de implementação ISO 14001 demora, em média, de 10 a 18 meses. Em casos mais complicados e menos comuns, o tempo de implementação pode ser superior. Isso depende do tamanho da empresa, dos recursos humanos disponíveis para o trabalho e do grau de envolvimento da direção.

Cabe a uma consultoria todo o processo de implementação e auditoria interna. Já o processo de certificação cabe a organismos de certificação independentes, como a SGS e o Bureau Veritas Quality International, por exemplo. Os certificados na versão 2008 possuem validade até setembro/2018. Após essa data, os certificados serão expirados automaticamente e por isso, recomendamos que o processo de migração seja iniciado ainda no começo de 2017 a fim de garantir a implementação eficaz de todos os requisitos.

3.2 AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O Capitalismo Financeiro é a fase do sistema capitalista caracterizada pelo crescimento da especulação financeira em torno de ações de empresas, juros, títulos de dívidas e outras formas de crédito que se transformaram em

mercadorias, sendo comercializadas como tais. A mudança estrutural enfatiza o aumento da eficiência da empresa, para isso é necessário que haja algumas modificações na estrutura já existente. Como por exemplo, a descentralização dos níveis hierárquicos para que haja maior agilidade na comunicação entre os setores. Os registros financeiros da Johnson e Johnson são completos e exatos que representam a condição e os resultados da empresa. Protegemos a propriedade, os ativos e as informações confidenciais da empresa.

A integridade financeira nos ajuda a manter a confiança que construímos com acionistas, governos, pacientes, consumidores, provedores de assistência médica, empregados e outros stakeholders. Vários controles estão em vigor para proteger e preservar nossa integridade financeira. Todos os empregados, independente do cargo ou da função, são responsáveis por seguir as políticas e os procedimentos que envolvem os fundos da empresa, a comunicação de resultados financeiros e não financeiros e o uso de propriedades e recursos da empresa.

REFERÊNCIAS

<https://www.vgresiduos.com.br/blog/sistema-de-gestao-ambiental/-23/03/22>

<https://www.engema.org.br/XVIENGEMA/382.pdf=23/03/22>

http://compras.dados.gov.br/fornecedores/id/fornecedor_pj/54516661000101#:~:text=Fornecedor%2054.516.661%2F0001%2D,%2D%20Dados%20Ab

<https://www.jnj.com/about-jnj>

• ANEXOS







